

DA REDAÇÃO

Quem pagará pelas termelétricas



WASHINGTON NOVAES

O leitor deste jornal certamente viu na edição de sábado, dia 26, matéria em que Edimilson Souza Lima mostra a entrada em operação de duas usinas termelétricas movidas a diesel, em Goiânia e Anápolis – a primeira (Xavante) gerando entre 40 e 48 megawatts/hora (MWh), a segunda 34. Os moradores da região da usina de Goiânia, na saída para Nerópolis, já vinham percebendo a entrada em operação fazia alguns dias, por causa do alto nível de ruídos e de poluição produzidos pelos 240 mil litros de óleo diesel queimados nas 24 horas do dia em 37 motores, ao custo de R\$ 450 mil. Mas o diretor operacional da usina, embora admita que ela é barulhenta, diz que o barulho só é “mais evidente porque a região é tranqüila, com muitas chácaras” (como se a tranqüilidade e o silêncio fossem um problema). E pede “tempo para resolver”.

Os moradores já acionaram as autoridades da área ambiental, mas não têm resposta. Certamente vão ficar mais bravos quando os reflexos dessas termelétricas começarem a aparecer em suas contas, já que nas seis acionadas no Sudeste, para gerar 800 MW (podem chegar a 1.200) o MW/h poderá custar mais de 700 reais (já está em 614 reais), contra 100 reais nas grandes hidrelétricas e 120 reais nas pequenas. O sobrecusto será rateado entre todos os usuários no País.

Parte da nova energia irá para o Nordeste, onde os reservatórios de água das hidrelétricas estão baixos e alimentam a polêmica sobre se haverá ou não racionamento de energia este ano, que desde outubro ocupa as páginas dos jornais – ao

mesmo tempo em que vários especialistas ficam roucos de tanto dizer que o País pode economizar imediatamente entre 10 e 15%, pelo menos, no consumo de energia e evitar racionamento. Sem serem ouvidos por quem pode decidir e parece preferir atender aos grandes produtores e consumidores de energia, além das megaconstrutoras de grandes hidrelétricas e usinas nucleares, que pressionam por novas construções.

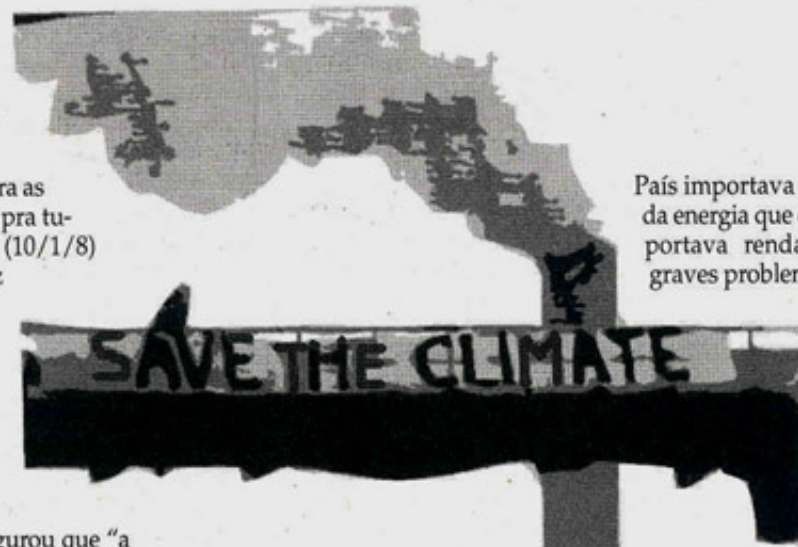
A polêmica começou com declaração do diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman, de que poderia haver racionamento nos próximos anos, principalmente para 600 grandes consumidores. Porque a oferta de energia caiu de 55 mil para 48,9 mil MW, com a redução no fornecimento de gás pela Bolívia e o não-fornecimento de 2 mil MW prometidos pela Argentina – enquanto o consumo aumentava 5,4%. Poucos dias depois, o Instituto Acende Brasil afirmava que o risco de racionamento aumentara para 9%.

Mais alguns dias e o próprio presidente da República dizia que “o Brasil tem energia até 2012”. Em reunião com seus ministros, o presidente advertiu: “Não me venham cortar luz dos consumidores”. Mas a ministra-chefe da Casa Civil lhe assegurou que não havia risco de “apagão”, principalmente acionando as termelétricas. Também o ministro interino de Minas e Energia, Nelson Hubner, descartou o risco – embora o diretor da Aneel reiterasse a possibilidade de racionamento se até abril próximo se mantiver “o baixíssimo nível dos reservatórios”, já que não foi garanti-

do o fornecimento de gás para as termelétricas. “Tem analista pra tudo”, comentava neste jornal (10/1/8) o ministro-interino. “Faz cinco anos que estou no governo e todo ano tem gente dizendo que vai faltar energia. E não faltou.”

As garantias do governo não tranquilizaram muita gente. Elena Landau, da Associação Brasileira dos Consumidores de Energia, assegurou que “a probabilidade de racionamento é bastante evidente (O Estado de S. Paulo, 11/1/1). O governo já deveria estar fazendo há seis meses uma campanha de racionalização do consumo”. E teve apoio da Associação Brasileira de Investidores em Autoprodução de Energia Elétrica, Mário Luiz Manel, segundo quem “o setor de energia já opera em ritmo de apagão, com o alto custo do MWh” (a instituição reúne grandes consumidores, principalmente de alumínio e ferro gusa, que consomem mais de 20% do total da energia produzida no País).

O ex-ministro José Goldemberg, um dos maiores especialistas em energia no País, entende que não se devem retardar programas de eficiência e conservação para economizar no mínimo 10% do consumo atual, até mesmo porque novas hidrelétricas de grande porte não estarão prontas antes de 2013. E lembra que a oposição das empresas produtoras e distribuidoras de energia – que comandam o coro da ameaça do “apagão” – pode ser vencida com a adoção de sistema semelhante aos dos Estados Unidos, onde os órgãos reguladores do sistema garantem a essas empresas rentabilidade fixa, independentemente de circunstâncias (capitalismo sem risco?). Também o professor Pinguelli Ro-



País importava de outros Estados 97% da energia que consumia; portanto, exportava renda, quando enfrentava graves problemas sociais. Mas na primeira reunião do grupo de trabalho encarregado de conceber o plano, o presidente da empresa estatal de energia disse que não o cumpriria: “Não vou trabalhar para diminuir o fatura-

mento da minha empresa; não quero ser fuzilado pelos funcionários e fornecedores, que dependem dessa receita”.

De nada adiantou a argumentação de que a questão era maior, do interesse de toda a população. O projeto só avançou com decreto estabelecendo que a economia gerada para o Tesouro distrital (o governo, ali, respondia por 25% do consumo) seria transformada em investimentos na empresa. E logo de saída, no edifício das secretarias de governo, conseguiu-se reduzir o consumo em 40%, só desligando luminárias. Mas logo que o autor destas linhas deixou o governo, o projeto foi abandonado.

Também ali prevaleceu a lógica financeira das empresas construtoras, geradoras e distribuidoras de energia – como acontece neste momento, quando se acionam termelétricas de alto custo, barulhentas e poluidoras, em lugar de racionalizar o consumo, evitar o desperdício. A mais de um quilômetro de distância da usina de Goiânia, este escriba ouviu durante 24 horas ao dia o ronco dos motores, testemunha ruidosa da insensatez.

sa, ex-presidente da Eletrobrás, acha possível economizar 15%, talvez 30%.

Até mesmo o ex-ministro Nelson Hubner admite que se deve começar uma campanha para incentivar a redução do consumo de energia (O POPULAR, 10/1/1), embora ache que estamos “longe do cenário de um apagão”. Mas só no dia 27 de janeiro o Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (Inmetro) foi incumbido pelo governo federal de “definir parâmetros de economia de energia”. Sete anos depois do “apagão” de 2001! Um ano e meio depois de um estudo da Unicamp dizer que podemos economizar até 30% da energia consumida no País, com programas de eficiência energética e conservação de energia; mais 10% na repotenciação de usinas antigas; e outros 10% reduzindo perdas nas linhas de transmissão, hoje em 15% (5% na Europa)! Deve ser possível mesmo. Afinal, em 2001, economizamos mais de 20%, sem nenhum prejuízo para os consumidores.

Faz lembrar 1992, quando o autor destas linhas, então secretário de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, propôs implantar um programa de eficiência energética – começando pelo governo –, já que a capital do